

CPI propõe bloqueio de bens de deputados

Idéia da subcomissão de assuntos patrimoniais é sugerir ao Ministério Público ação rápida para impedir a transferência do patrimônio dos envolvidos no esquema de manipulação do Orçamento

BRASÍLIA — A subcomissão de assuntos patrimoniais da CPI do Orçamento quer bloquear os bens dos parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento. A subcomissão acredita que a Procuradoria-Geral da República pode começar a tomar de imediato providências para garantir o arresto ou seqüestro dos bens dos parlamentares, contra os quais já foram reunidos documentos e provas suficientes de enriquecimento ilícito, segundo a CPI. A idéia é oferecer à Procuradoria elementos para que o processo comece logo na Justiça.

Na próxima reunião da CPI, os senadores Luís Alberto (PTB-PR) e José Paulo Bisol (PSB-RS) vão apresentar ao presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), proposta de encaminhamento ao Ministério Público Federal de todas as provas de enriquecimento ilícito reunidas ao longo da investigação. Para enviar os documentos, os dois parlamentares acreditam que não é necessário esperar pela conclusão dos trabalhos da comissão. O objetivo é evitar na CPI do Orçamento a repetição de falhas ocorridas na CPI do caso PC.

"Temos de tomar providências para que o dano ao erário não seja irrecuperável", explicou o senador Luís Alberto. "Os responsáveis por crimes contra o patrimônio público devem ser impedidos de transferir seu patrimônio adquirido de



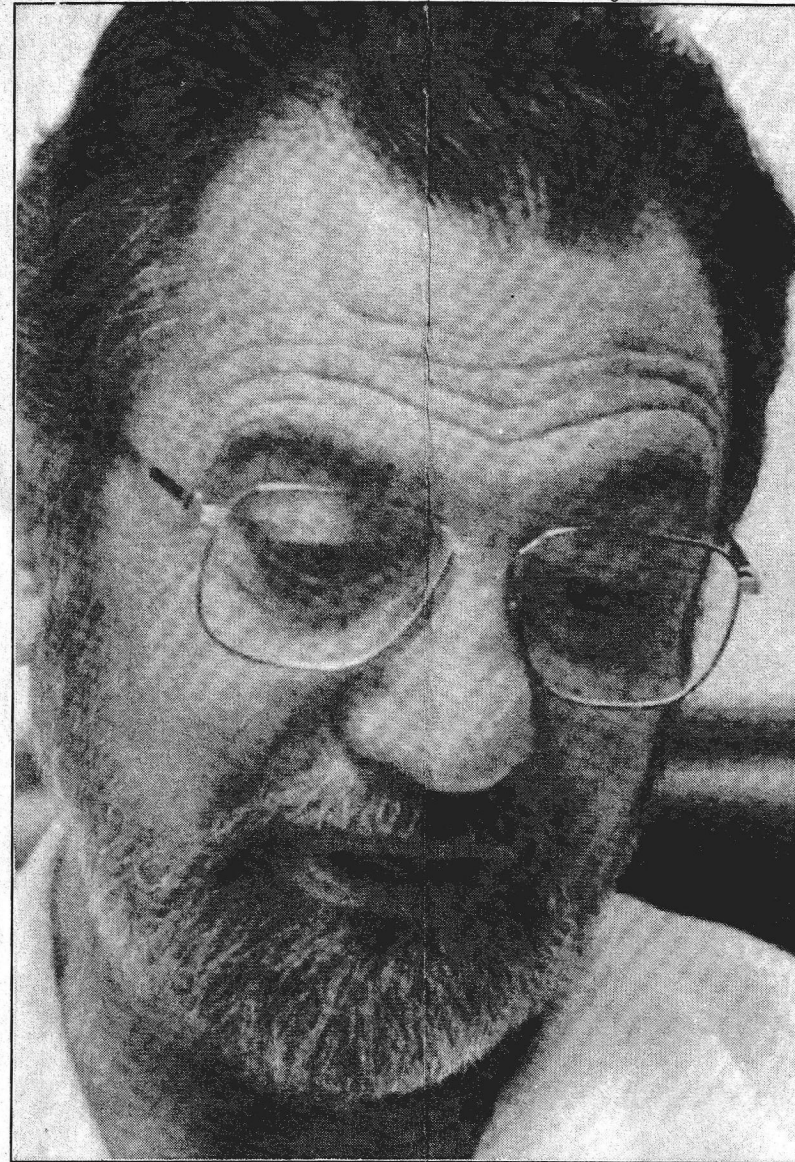
**MOREIRA
SUBAVALIOU
IMÓVEIS EM
DECLARAÇÃO
À RECEITA E
OMITIU
FAZENDAS**

forma ilícita para outros." Segundo argumenta o senador, o exemplo da CPI do caso PC é um alerta. "O senhor Paulo César Farias ficou impune, de posse de todos os seus bens, mesmo depois de desmontado o seu esquema de corrupção." O parlamentar paranaense acredita que já existem provas suficientes para tomar medidas para garantir a indisponibilidade de bens de cinco integrantes do esquema de manipulação do Orçamento.

A lista inclui os nomes dos deputados Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), João Alves (PPR-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA), e do ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos, pivô do escândalo. Em todos esses casos, segundo já apurou a subcomissão de assuntos patrimoniais, os rendimentos declarados pelos envolvidos no esquema de corrupção são incompatíveis com o patrimônio — o que caracteriza enriquecimento ilícito, no entendimento

dos parlamentares. Só o deputado José Geraldo, que prestará depoimento hoje, declarou à Receita ter patrimônio de US\$ 5 milhões.

O caso considerado mais escandaloso, porém, é o de Manoel Moreira, ligado ao ex-governador Orestes Quércia. Os integrantes da subcomissão de patrimônio dizem que o relatório preparado pela Receita Federal sobre o crescimento do seu patrimônio é simplesmente "demolidor". O relatório inclui até



O senador José Paulo Bisol, da subcomissão da CPI

um organograma sobre os testas-de-ferro usados por Moreira para ocultar seu real patrimônio. "Ele está em posição insustentável e ficou claro que ele enriqueceu graças à retribuição dos favores que prestou como membro da Comissão de Orçamento às amigas empreiteiras", disse Luís Alberto.

Entre outras falhas, as declarações de bens de Moreira apresentam ganhos financeiros inexplicáveis, omitem imóveis, fazendas e

participações em empresas, relacionados por sua ex-mulher Marinalva Soares da Silva, e subavaliavam valores de bens. Para a Receita, Moreira estimou em US\$ 700 mil uma casa em Campinas avaliada por corretores em US\$ 2,5 milhões), em US\$ 400 mil uma mansão em Brasília que vale US\$ 1,5 milhão, e em US\$ 13 mil a sua participação societária no restaurante Piantella em Brasília — que, segundo Marinalva, vale US\$ 300 mil.

Sérgio Amaral/AE—12/11/93